

URBANISMO ■ Comerciantes poderão ocupar área de cinco metros ao fundo

GDF regularizará as invasões

feitas por lojistas da Asa Sul

MARCOS BRANDÃO

Priscila Machado

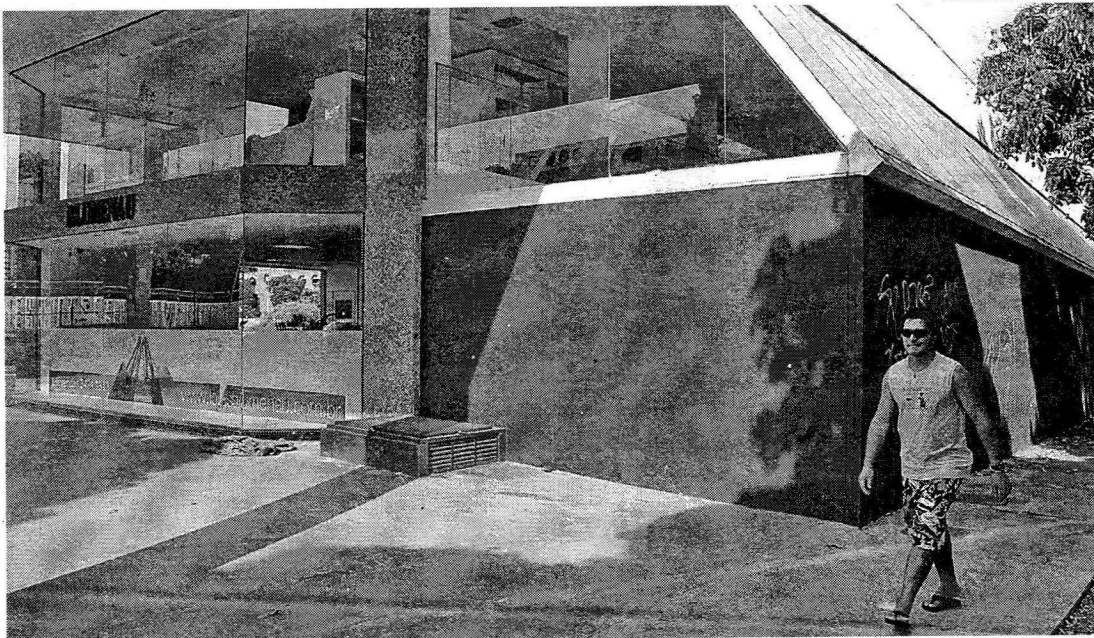
O governo vai regularizar os chamados puxadinhos, a invasão de área pública. A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Seduma) envia hoje à Câmara Legislativa projeto de lei que vai permitir que os comerciantes avancem até 5 metros, nos fundos das lojas. A medida valerá apenas para as áreas comerciais da Asa Sul.

Pelo projeto, deverá existir um padrão. Se uma loja realizar a extensão, todas as outras do prédio deverão fazer o mesmo. Com a medida, os comerciantes vão pagar uma taxa, que será calculada com base no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de acordo com a área ocupada.

Segundo Giselle Moll, técnica da Seduma, hoje os comerciantes em situação irregular pagam uma taxa de valor irrisório para utilizar o espaço público. Segundo ela, o projeto pretende coibir os abusos.

— O projeto vai evitar que as pessoas cerquem e fechem áreas públicas, impedindo a passagem dos pedestres. O projeto vai exigir que os comerciantes deixem passagem para os pedestres — disse.

Será permitido que os bares e restaurantes utilizem a área pública para colocar mesas e cadeiras, desde que deixem um espaço de pelo menos 2 metros para a passagem de pedestres. Mas, com a nova lei, nem as esquinas e nem os espaços entre um prédio e outro poderão ser ocupados. Na 107 Sul, o restaurante Pastel Mix é um exemplo da irregularidade. A loja utiliza toda a área entre um prédio e outro, fazendo da área pública uma extensão da propriedade da loja e sem deixar nenhum espaço para os pedestres. O gerente da loja, que não quis se iden-



Desde que garantam espaço para a passagem de pedestres, comerciantes poderão ocupar uma faixa de cinco metros contados a partir das lojas

tificar, disse que sabe que está em situação irregular, mas que todos os outros comerciantes da quadra fazem o mesmo.

O presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes (Sindhobar), Cleiton Machado, diz que a categoria não concorda inteiramente com o projeto. Ele defende que os comerciantes possam utilizar os espaços laterais das lojas e as esquinas.

— Queremos que a regularização seja feita, mas não concordamos que não possamos utilizar as laterais e as esquinas das lojas. É uma ilusão achar que com um projeto de lei os donos de bares deixarão de colocar mesas nesses locais. Com certeza, se o governo mantiver essa posição, quando esse projeto começar a valer existirá uma chuva de liminares na justiça — disse.

O superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do DF (Iphan/DF), Alfredo Gastal, concorda com a regularização dos puxadinhos. Segundo ele, está é a melhor forma para resolver o problema.

— O governo não pode ignorar o problema, fingir que não existe. Deixar como está não pode. Esses puxadinhos, além de serem uma poluição visual, propiciava outros problemas. Nos becos entre uma invasão e outra, tinha de tudo, prostituição e venda de droga — disse.

O projeto determina também que seja construída uma nova calçada, com largura de 2 metros, na parte de trás das lojas, ao lado da já existente.